



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MURÇA

25 DE FEVEREIRO DE 2016

PRESIDENTE	João Luís Teixeira Fernandes
1.º SECRETÁRIO	Maria José Teixeira Marques
2ª SECRETÁRIA	Maria Edite da Costa Fernandes de Sousa
LOCAL DA REUNIÃO	Paços do Concelho - Auditório
MEMBROS PRESENTES	22 (última folha da ata)
MEMBROS AUSENTES	00(última folha da ata)
HORA DE ABERTURA	14:30 Horas
HORA DE ENCERRAMENTO	18:15 Horas
PRESENCAS CÂMARA MUNICIPAL	
PRESIDENTE	José Maria Garcia da Costa
VICE-PRESIDENTE	Raul António Ribeiro Luís
VEREADORA	Ana Paula Rodrigues da Cruz
VEREADOR	Albertino José Castro Lousa
VEREADORA	Cláudia A. Cruz Oliveira Guerra e Vilaverde
FALTAS DA CÂMARA MUNICIPAL	
Não houve	

- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira, cumprimentou os presentes e deu início à sessão ordinária do dia 25 de fevereiro de 2015, informando que por parte dos serviços técnicos da Câmara Municipal houve um erro no envio dos documentos – ponto 3 – enviados posteriormente via E-mail e em suporte papel, do documento principal (regulamento e mapa da vila).

Período Antes da Ordem do Dia

“Apreciação da Ata da Sessão do dia 27/11/2015”

Votação:

<i>Votantes</i>	22
<i>Abstenção</i>	05
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	17

Deliberação: aprovada por maioria

Abstiveram-se: deputado do PS, José Eduardo, deputado do PSD, Daniel Faceira e ainda os Presidentes de Junta de Freguesia de Valongo de Milhais e Fiolhoso e o representante da Junta de Freguesia de Murça.

Declaração de Voto: “por não terem estado presentes na sessão em apreço”.

//

Leitura do Expediente

(Alínea b) do n.º 2 do artº 21º do Regimento)

União de Freguesias de Noura e Palheiros:

- Convite para participar no Almoço/Convívio de Natal para Idosos e Pessoas Portadoras de Deficiência da União de Freguesias;

Direção da Delegação de Murça da Cruz Vermelha Portuguesa:

- Convite para participar no IV Concerto Litúrgico;

Câmara Municipal de Murça:

- Remete informação para conhecimento;

Comissão de Festas de S. Brás 2016:

- Convite para participar na Feira de S. Brás;

Câmara Municipal de Murça:

- Convocatória para a reunião do Conselho Municipal de Educação;

Câmara Municipal de Torre de Moncorvo:

- Remete informação para conhecimento;

Arménio Carvalho Ribeiro:

- Remete informação sobre atividade “Sarau Cultural – Cante Alentejano”, no Auditório Municipal;

DGAL:

- Remete informação para conhecimento

Câmara Municipal de Murça:

- Propostas para inclusão na Ordem do Dia da Sessão de 25/02/2016;

Junta de Freguesia de Murça:

- Convite para participar na cerimónia pública de apresentação da Universidade Sénior de Murça;

EDP-Gestão da Produção de Energia, SA

- Convite para participar na Sessão de Encerramento e Entrega de Prémios do Projeto MemTua2;

Eduardo Jorge Milhões Fernandes Pinheiro:

- Justificação pela ausência à sessão do dia 25/02/2016

Junta de Freguesia de Murça:

- Justificação pela ausência e E-mail de substituição, relativo à sessão do dia 25/02/2016;

Rui Manuel Gonçalves Pereira:

- Justificação pela ausência à sessão do dia 25/02/2016;

“Outros Assuntos de Interesse para o Município”

- O Deputado do PSD, Renato Benídeo, cumprimentou os presentes e apresentou em nome da sua bancada um **Voto de Pesar, que se anexa à Ata**, relativo ao falecimento do Sr. Carlos Alberto da Silva Gomes, que exerceu funções de Vereador da Câmara Municipal de Murça, entre 10 de janeiro de 1990 e 20 de dezembro de 1993, que passou a ler e se anexa à ata.

- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira, relevou a apresentação deste Voto de Pesar, apresentado pela Bancada do PSD recolhendo a unanimidade do grupo da Assembleia Municipal, dizendo que se associa ao mesmo, a nível pessoal e em nome da Assembleia Municipal.

Votação:

Votantes	20
Abstenção	00
Contra	00
A Favor	20

Deliberação: aprovado por unanimidade

- O Deputado do PS, Arménio Ribeiro, cumprimentou os presentes e abordou a questão do protocolo da Junta de Freguesia de Fiolhoso, realçando a capacidade da Junta de Freguesia que, após diversas tentativas, conseguiu a aprovação, no entanto, alertou ainda, que a Mesa da Assembleia de Freguesia de Fiolhoso se recusa a entregar a certidão comprovativa de tal deliberação, o que impede a Junta de Freguesia de entregar os documentos à Câmara Municipal. Apelou que a Câmara Municipal possa considerar como documento comprovativo da aprovação do protocolo em Assembleia de Freguesia, uma declaração da Junta de Freguesia que contenha a assinatura dos 4



deputados da Assembleia de Freguesia que aprovaram o protocolo. Lembrou que a Assembleia de Freguesia de Fiolhoso é composta por 7 elementos, pelo que entende que um documento escrito e assinado por 4 desses elementos seja válido para a Câmara Municipal, até à apresentação da ata, que espera não ter dificuldades em ser elaborada pela Mesa.

Alertou o executivo da Câmara Municipal para a necessidade de intervir num caminho agrícola perpendicular à Estrada Nacional 212 em Fiolhoso, Lugar de Lamigueiro em 200 metros de extensão, uma vez que esses 200 metros são de acesso a um local onde estão instaladas 2 unidades comerciais que, no seu conjunto, representam mais de 10 postos de trabalho, pelo que a Câmara deve olhar essa intervenção sob o ponto de visto do apoio empresarial e não, somente, agrícola.

- O Deputado do PSD, Manuel Lousa Teixeira, cumprimentou os presentes e deixou um alerta à Câmara Municipal relativamente à conduta de água que vai para Martim, dizendo que a mesma se encontra a céu aberto e solicitou a manutenção daquele caminho que está intransitável. Lembrou, ainda, o estado degradado em que se encontra o pavimento do troço de estrada que vai de Noura ao Ratiço, solicitando uma intervenção o mais urgente possível.

- O Deputado do PSD, Daniel Faceira, cumprimentou os presentes e colocou algumas questões, no âmbito da bancada do PSD, relativamente à intervenção no Campo de S. Tiago, adquirido pela Câmara Municipal, referindo que foi afirmado nesta Assembleia Municipal que a finalidade na aquisição desse imóvel seria o alargamento do cemitério e que agora estão a decorrer obras, das quais não se sabe o âmbito, ou quem são os responsáveis. Neste sentido, deixou algumas questões ao Sr. Presidente da Câmara, no sentido de saber quem está a fazer a obra, quais os valores envolvidos, saber se é uma iniciativa de natureza privada, se existe licenciamento e quais os pressupostos desta adjudicação. Ainda que a adjudicação seja a título parcial, questionou se não vai entrar em conflito com o interesse público de alargamento do cemitério, quanto aos espaços de estacionamento, à localização da entrada no cemitério e ainda a opção do ajuste direto em vez de hasta pública. Pede esclarecimentos à Assembleia Municipal, embora seja da competência da Câmara Municipal, pois, desta forma, o interesse público está a ser preterido para um interesse privado.

- O Deputado do PSD, Manuel Pinto, cumprimentou os presentes e questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre dois assuntos que pretende ver esclarecidos, dizendo que têm surgido alguns boatos, mas entende ser este o local próprio para o fazer, nomeadamente:

- Concurso de recrutamento de pessoal na área da ação social - pretende saber quem era o Presidente do Júri do concurso, quem organizou o processo e o que correu mal e porquê. Referindo o facto de a

candidata que ficou em 2º lugar ter recorrido da decisão e o Tribunal lhe ter dado razão, disse querer saber qual o valor da indemnização.

- Terrenos da Av. da Europa - disse ter conhecimento que houve proprietários que recorreram para o Tribunal e ganharam. Pretende ser esclarecido do valor das indemnizações, o porquê das mesmas e ainda quem as vai pagar.

O Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Carlos Ramos Silva, cumprimentou os presentes e alertou para os vários problemas que gostaria de ver resolvidos na sua freguesia, nomeadamente o estado degradado em que se encontram vários caminhos a necessitar de obras de manutenção; o problema com o saneamento básico em alguns lugares da sua freguesia e ainda ver resolvida a questão das passadeiras de Vale d'Égua. Disse, ainda, estar quase concluído o abastecimento de água ao castelo, mas que ainda faltam outros locais.

Referiu a problemática na “aquisição” de pessoal e o quanto as freguesias sofrem com isso. Com o novo governo a tendência será para que as pequenas freguesias contratualizem vários serviços, obrigando a um esforço suplementar, mas diz que para que isso aconteça terá de haver um reforço dos protocolos, porque desta forma as freguesias não o suportariam.

Sobre as questões colocadas pelo deputado, Daniel Faceira, relativas ao terreno do antigo Campo de S. Tiago, disse que na sua opinião a Câmara deve procurar clarificar melhor a situação, designadamente no que respeita à segurança e ao PDM.

O Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais, Arlindo Paulo, cumprimentou os presentes e alertou para o estado degradado da estrada 314 que faz a ligação a Carrazedo e também para a curva no Alto das Carvas, lamentando os vários acidentes aí ocorridos nos últimos meses, bem como a Estrada Municipal que liga Serapicos a Zebras, onde em alguns troços de estrada já não é possível passar um carro ligeiro. Aludiu ao facto de os madeireiros passarem diariamente com grandes veículos neste troço e a estrada estar muito danificada e perigosa.

Sobre o Protocolo com a Junta de Freguesia, fez um pequeno resumo/análise às contas da sua freguesia, dizendo que às verbas recebidas através do FEF e do protocolo, deduzindo os gastos anuais com pessoal, assembleias, combustíveis, manutenção de máquinas, etc., o que resta não dá para fazer mais nada, nem mesmo pequenas intervenções em caminhos. Reconhece que a Câmara Municipal tem estado a fazer um esforço de contenção, mas agora que as contas da autarquia já apresentam alguma folga é necessário rever o valor do protocolo, pois, a continuar assim, mais vale que seja a Câmara a fazer também a gestão das juntas de freguesia.

↓

- O Deputado do PSD, Manuel Lousa Teixeira, fez uma interpelação à Câmara Municipal no sentido de saber se alguma vez a Câmara pensou em adquirir instalações próprias para as oficinas municipais, referindo que se está a pagar uma renda elevadíssima há vários anos e que o antigo edifício da Cooperativa dos Olivicultores talvez fosse uma boa opção, para o efeito, ou em alternativa, a parcela de terreno sobrance no Campo de S. Tiago, que aqui tem estado em discussão.

- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira, esclareceu o deputado, Manuel Lousa, que a renda mencionada não é assim tão elevada.

- O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa, cumprimentou os presentes e disse que o executivo se associa também ao voto de pesar aqui apresentado pela bancada do PSD.

De seguida, aludiu ao facto dos meses de janeiro e fevereiro terem sido muito chuvosos, o que culminou na queda de muros, taludes e com alguns caminhos agrícolas bastante danificados. Fez referência aos *e-mails* enviados hoje às juntas de freguesia, dando nota de que na sequência da vinda do Sr. Ministro da Agricultura a Sta. Marta de Penaguião foram anunciados apoios aos agricultores. Lembrou os Srs. Presidentes de Junta que devem comunicar as diversas situações para a DRAPN e que devem registar os prejuízos na vinha, na propriedade privada e na via pública. Foi solicitado que fossem elencadas as diversas situações, no sentido de se fazerem chegar através do *link*, disponibilizado para o efeito, aos serviços da DRAPN, até ao próximo dia 29 de fevereiro, solicitando que fosse prestado todo o apoio necessário aos agricultores e que estes também o podem solicitar, através dos balcões da direção de agricultura ou no Centro de Gestão.

Disse que no dia 1 de março vai ser feita a apresentação pública do Gabinete de Inserção Profissional – GIP, lembrando o convite já enviado.

Relativamente às questões apresentadas pelo Presidente da Junta de Valongo relativamente à E.R. 314, disse que já foi feito o pedido de orçamento para os *rails*, mas reconhece o estado degradado quase em toda a sua extensão, assim como, a E.M. Serapicos – Zebras e Cimo de Vila - Penabeice. Referiu que a Câmara Municipal fez um levantamento às ETARS de Fiolhoso e Jou, para resolução dos problemas existentes.

Disse que efetivamente a angústia dos Srs. Presidentes de Junta é coletiva, que o dinheiro público deve ser gasto no bem público, contudo não chega para todas as necessidades e que o princípio da Câmara Municipal é regularizar a sua dívida, mas que a folga financeira ainda é pequena. Percebe a angústia dos Srs. Presidentes de Junta, mas refere que aumentar aos protocolos obrigaria à diminuição no investimento público.

Manifestou o agrado pela decisão da Assembleia de Freguesia de Fiolhoso, apelando a que outros entraves políticos não sejam apresentados.

Relativamente à questão do caminho de Fiolhoso, apresentada pelo deputado Arménio Ribeiro, referiu estar identificada e quanto à questão da conduta de água de Candedo - Martim, apresentada pelo deputado Manuel Lousa, disse que vai procurar avaliar essa situação juntamente com a Junta de Freguesia, assim como o estado em que se encontra o troço de estrada entre Noura e o Ratiço.

Sobre o terreno do Campo de S. Tiago disse que a Câmara Municipal o adquiriu em 2014 para ampliação do cemitério e esse é o objetivo que persiste e que está salvaguardado. Para este fim foi contratado um gabinete de arquitetura local, foi também contactado o Pároco local, para que também ele se pronunciasse quanto às questões religiosas, foram feitas reuniões e as ideias orientadoras para a elaboração do projeto ficaram definidas e que a ocupação desta parcela (sobrante) não irá interferir com nada. Esclareceu que o que está definido é um aumento da área do cemitério, em alinhamento com o cemitério atual, que terá um aumento de cerca de 400 sepulturas térreas e ainda gavetões e jazigos. Por uma questão estética e religiosa, não terá qualquer porta lateral, apenas porta de fundo/topo, dizendo que o que está previsto assegurará as suas funções por muitos anos. De acordo com o PDM, este terreno está classificado como espaço de uso especial, para instalação de equipamentos estruturantes ou de fim público, sendo entendimento que aquele equipamento - UAG - Unidade Autónoma de Gás Natural, faz todo o sentido do ponto de vista do enquadramento ambiental, dado prever a colocação de uma barreira/muro com 2 metros, impossibilitando que se veja facilmente de um lado para o outro. Mais disse, que a empresa Sonorgás está licenciada para o efeito em Murça e em mais 18 municípios do Norte, estando a ser cumpridas todas as normas de segurança.

Disse que a empresa foi autorizada pela Câmara e que este processo negocial já decorre há algum tempo. Referiu que na última reunião de Câmara foi aprovado alienar a parcela por ajuste direto, estando neste momento a ser negociados os valores a escriturar, definidos pela comissão de avaliação, sendo que o valor nunca será inferior ao valor de custo.

Sobre o concurso de recrutamento da técnica da ação social, disse que efetivamente em 2010 a Câmara Municipal lançou um procedimento concursal na área da Educação Social, tendo sido ele próprio o presidente do júri. Decorridos os devidos procedimentos, chegaram à final 2 candidatas e foi feito um despacho homologatório sobre a lista final. Entretanto, a candidata que ficou em 2º lugar recorreu da decisão através de uma ação em tribunal, tendo-lhe sido dada razão. A Câmara Municipal teve de admitir essa concorrente que solicitou indemnização do diferencial do seu vencimento, enquanto assistente técnica para técnica superior e ainda 20.000,00€ de “danos morais”. Após negociação a Câmara Municipal tem apenas de pagar cerca de 23.000,00€ pelo diferencial

J

financeiro. Sobre a parcela de terreno da Avenida da Europa, disse que o Sr. Alfredo Meireles intentou uma ação pelo incumprimento por parte da Câmara, motivada pela apresentação à Câmara de um projeto de construção de uma unidade multifamiliar que, após algum tempo de conversações, o promotor do projeto entendeu abandonar. Em sede de julgamento foi estabelecido um acordo entre as partes, sendo que a Câmara irá pagar o valor de 74.000,00€ em prestações mensais durante o ano de 2016 e proceder à abertura de um furo de água e respetiva ligação à eletricidade, bem como a colocação de uma vedação.

Mais disse, que só não trouxe estes assuntos à assembleia, porque ainda se está à espera das notificações do tribunal sobre o encerramento total dos processos.

O Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Carlos Ramos Silva, referindo-se ao assunto das obras no Campo de S. Tiago, solicitou esclarecimentos sobre qual o raio que envolve o depósito e a que distância se pode construir.

- **O Deputado do PSD, Daniel Faceira**, voltou a insistir com o Sr. Presidente da Câmara, questionando-o como é possível avançar para a construção sem se saber o preço da adjudicação, se existe contrato promessa, licença de construção, quem aferiu a existência ou não de perigo, para corroborar esse parecer. Disse estranhar que esta seja uma obra estruturante possível em espaços para uso especial. Concluiu, dizendo ao Sr. Presidente da Câmara que deve clarificar melhor esta situação, que mais parece um acordo de cavalheiros.

- **O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa**, esclareceu que a instalação não condiciona o que o PDM prevê para aquela zona. Reconhece que tem que haver cautela, mas também confiança entre as partes e que nenhuma empresa iria iniciar trabalhos se existisse a possibilidade de parar a obra. Disse ainda que, na verdade, não existe uma autorização oficial e que foi ele a autorizar o início da obra, pois enquanto Presidente de Câmara tem competência para o fazer, estando a decorrer os procedimentos de licenciamento.

- **O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira**, aproveitou o momento para lembrar que o expediente da Assembleia Municipal está disponível para consulta.

_____//_____

Período da Ordem do Dia

1 - Informação do Presidente da Câmara Municipal;

(Alínea c) do nº2 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

2 - Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo do ponto 3, da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal de Murça de 19 de dezembro de 2013;

(Lei nº8/2012 de 22 de fevereiro)

3 - Postura de Trânsito - Proposta Final;

(Alínea g) do nº1 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro).

4 - Relatório Final de Avaliação do índice de Transparência Municipal do Município de Murça /2015;

(Alínea g) do nº2 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro).

5 - Relatório semestral de acompanhamento do plano de saneamento financeiro referente ao 2º semestre de 2015.

(nº6 do art.º 59 da Lei nº73/2013 de 03 de setembro)

//

1 - Informação do Presidente da Câmara Municipal;

(Alínea c) do nº2 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

“José Maria Garcia Costa, Presidente da Câmara Municipal do Concelho de Murça, para cumprimento do disposto na alínea e) do nº. 1 do artº. 53 da Lei nº. 169/99 de 18 de setembro, vem apresentar à Excelentíssima Assembleia Municipal informação das Atividades da Autarquia:

1 - Zona Industrial

- a) *Início das obras projetadas constantes em informações anteriores;*
- b) *Aquisição de parcela de terreno com celebração de escritura pública, no valor de 19.552,00€*
- c) *Venda de dois lotes, com celebração de escritura pública, no valor de 11.220,00€, para instalação de empreendimento agroalimentar.*

2 - Pedidos de Audiências com Membros do Governo



- a) *Secretário de Estado da Administração Interna – Posto da G.N.R. de Murça – Agendamento para 10 de março de 2016;*
- b) *Ministra da Justiça – Reabertura do Tribunal de Murça – Aguarda agendamento;*
- c) *Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social – Consolidação da Rede de Equipamentos Sociais no Concelho – Aguarda agendamento;*
- d) *Secretária de Estado da Modernização Administrativa – Espaços do Cidadão – ampliação de oferta de serviço – Agendada para 17 de março de 2016.*

3 - Escola Primária nº 2 de Murça

Celebração de contrato de comodato com a Paróquia de Murça, para instalação do Agrupamento de Escuteiros de Murça.

4 - Queda de Muros

Devido ao excesso de chuva e à deterioração de condições de estabilidade, verificou-se a queda de muros na estrada das Caldas de Sta. Maria Madalena, em Porrais e na Rua Nova em Cimo de Vila – Jou

5 - Fornecimento de Água à aldeia de Castelo - Jou

Está estabelecida a ligação da rede pública de abastecimento de água entre a aldeia de Castelo e Cimo de Vila, em Jou.

6 - Piscinas Municipais

Reabriram no início do mês de janeiro as Piscinas Municipais, ficando de imediato disponíveis para a implementação e desenvolvimento de diversos projetos, bem como para lazer.

7 - Gabinete de Inserção Profissional de Murça - GIP

Através de candidatura ao I.E.F.P. a Câmara Municipal de Murça viu aprovada a criação de um Gabinete de Inserção Profissional, recebendo daquele organismo participação destinada ao pagamento do vencimento do respetivo animador e instalação.

Brevemente será feita a apresentação e divulgação pública do mesmo.

8 - Universidade Sénior de Murça

Decorreu, no passado dia 13, a apresentação pública da Universidade Sénior de Murça, um projeto que se espera vá ao encontro das expectativas, tanto da entidade promotora e parceiros como, e sobretudo, dos cidadãos/alunos que a pretendem frequentar.

9 - Cantar dos Reis e Exposição de Pintura

Decorreu, no passado dia 30 de janeiro, no auditório municipal, o tradicional cantar de Janeiras, com a participação de grupos locais e regionais. Simultaneamente e coincidindo com a época de carnaval, foi apresentada e encontra-se patente ao público a exposição de pintura intitulada “Caretos, Cor e Carnaval”, de António Santos Silva.

10 - Programa “Prevenir Já”

Numa parceria entre o Município de Murça, através do Gabinete Florestal e a Guarda Nacional Republicana, através do Grupo de Intervenção Proteção e Socorro, está em desenvolvimento uma campanha de sensibilização tendente à limpeza das faixas de gestão de combustíveis, procurando minimizar o risco e salvaguarda de pessoas e bens.

11 - Conselho Municipal de Educação

Reuniu, no passado dia 11, o Conselho Municipal de Educação, onde foram apresentados os projetos e programas desenvolvidos, quer pelo Agrupamento de Escolas de Murça, como pela Escola Profissional de Murça.

Esteve também em análise e discussão o Plano Municipal de Ação Social Escolar, o qual foi aprovado pelo Conselho.

12 - Torneio Regional do Norte FPL – Open de Artes Marciais

Decorreu, no passado dia 13 de fevereiro, o Torneio Regional do Norte FPL Open de Artes Marciais, numa organização conjunta da Federação Portuguesa e a AKCM – Murça, que trouxe até Murça centenas de participantes.

13 - Banda Marcial de Murça

Apresentação de Peça Musical - Integrando as comemorações de mais um aniversário da Banda Marcial de Murça, no dia 28 de novembro, pelas 21h, no centro cultural de Murça, foi apresentada a obra musical LA PORCA DE MURÇA, composta pelo conceituado compositor espanhol Salva Luján. É uma composição de abertura sinfónica onde o autor rende homenagem às gentes de Murça e à Banda Marcial de Murça. Com um carácter majestoso, rítmico e de incidência militar, remetendo para as origens marciais da banda, mas também para a memória de Aníbal Augusto Milhais.

14 - Protocolo BioVespa

Protocolo BioVespa - O plano de ação nacional contra a vespa das galhas do castanheiro, através da luta biológica, foi assinado na cidade de Lamego, na presença de representantes de dezenas de entidades, nomeadamente da Associação Portuguesa da Castanha - RefCast, instituições de inovação e desenvolvimento e municípios, entre os quais o de Murça.

15 - Dia Internacional das Montanhas

Na passada sexta-feira, 11 de dezembro, o Auditório Municipal de Murça acolheu as comemorações do Dia Internacional das Montanhas, instituído pelas Nações Unidas e assinalado pela autarquia através do Gabinete Técnico Florestal e da Biblioteca Municipal, numa iniciativa que juntou cerca de 200 alunos do 1.º ciclo.

16 - Índice de Transparência Municipal

De acordo com os últimos dados apresentados pela Transparência e Integridade, Associação Cívica (TIAC), no dia 10 de dezembro, o Município de Murça encontrava-se em 21.º lugar no ranking do Índice de Transparência Municipal para 2015, em 308 municípios portugueses, o que equivale a uma subida de 272 lugares relativamente ao ano de 2014, onde Murça era a pior autarquia do distrito de Vila Real.

O Índice de Transparência Municipal (ITM) mede o grau de transparência das Câmaras Municipais através de uma análise da informação disponibilizada aos cidadãos nas suas páginas de Internet e é composto por 76 indicadores. No caso específico de Murça, as melhores pontuações registaram-se nos itens “Informação Económico-Financeira” (100 pontos) e “Transparência na área do Urbanismo” (93 pontos).

17 - XIII Convívio de Natal da População Idosa e Deficiente do Concelho de Murça

Foi em clima de grande emoção e alegria que decorreu mais um convívio destinado aos idosos e população deficiente do concelho. Foram muitos os séniores que responderam ao convite da autarquia.

Cerca de 600 idosos estiveram presentes no Pavilhão Desportivo de Murça, no passado dia 20 de dezembro, oriundos de todo o concelho.

18 – Estágios PEPAL

Iniciaram atividades, durante o passado mês de dezembro, os estagiários selecionados no âmbito dos Estágios PEPAL, nas áreas de:

- Engenharia Civil;
- Educação Social;
- Turismo;
- Comunicação;"

- O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa, aproveitou para acrescentar mais dois pontos à Informação Escrita:

1 - Uma comitiva de Deputados visitou o Município de Murça, no dia 19 de fevereiro, no âmbito das Jornadas Parlamentares do PS.

A Câmara Municipal manifestou alguns dos anseios, nomeadamente no que se refere aos diversos serviços, ao Quadro Comunitário 2020, à necessidade de obras nas escolas, ao IVA na Iluminação Pública, Portagens da A4, etc.

2 - Acordo entre a ADRVT, a EDP e a Agência de Turismo, entidade de transportes a quem foi concessionado o Plano de Mobilidade.

Vai decorrer amanhã a assinatura do acordo tripartido, no sentido de se iniciar o Plano de Mobilidade de Foz Tua

- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira, lembrou a questão da derrama, dado que somos dos poucos municípios que não a aplicam, embora reconheça que a sua aplicação poderia honrar as pequenas empresas.

- O Deputado do PSD, Manuel Pinto, manifestou agrado por se verificar uma leve melhoria na informação e deixou uma nota positiva ao ponto 15 – Índice de Transparência Municipal, dizendo que como munícipe fica agradado pela posição alcançada pelo Município de Murça e que não foram em vão as suas intervenções, para que o executivo melhorasse este aspeto.

Pela negativa, referiu o ponto 2, alínea b), onde refere que aguarda agendamento com a Sra. Ministra da Justiça. Disse que o assunto é demasiado importante para se estar a aguardar agenda. Lembrou que foi criada uma comissão de trabalho, no sentido de ser enviada uma carta ao governo e que até agora nada foi feito, lamentando a atitude passividade deste executivo. Disse ter informação que

existem tribunais que também foram encerrados e que agora já estão a ser abertos para se fazerem julgamentos, apesar de não haver serviços administrativos. Aproveitou para entregar ao Sr. Presidente da Assembleia uma carta que leu e que aqui se transcreve:

“O Grupo Parlamentar do PSD, solicita a V. Exa., seja marcada, com caráter de urgência, uma sessão extraordinária com o fim de se poder traçar a necessária estratégia conducente à reabertura do Tribunal Judicial da Comarca de Murça.

Como tem sido diversas vezes noticiado pela Comunicação Social escrita da região, a Sra. Ministra da Justiça tem-se mostrado totalmente recetiva à alteração do Mapa Judiciário que ditou o encerramento do nosso Tribunal, tendo até afirmado numa reunião com autarcas do Alto Tâmega, ocorrida recentemente, que iria providenciar no sentido de fazer alterar a legislação para que os julgamentos possam ter lugar na sede do Concelho onde o ato/crime foi cometido.

Também a Sra. Secretária de Estado da Justiça, Dra. Helena Mesquita Ribeiro, numa reunião de autarcas em Vila Real prometeu permitir à população um melhor acesso à justiça evitando, assim, deslocções de testemunhas e advogados a tribunais fora do Concelho. Também falou sobre a necessidade de ser criada uma secção especializada na área do comércio. Ora, aqui está uma solução que pode bem passar pela utilização do nosso Palácio da Justiça. As longas distâncias a percorrer e a falta de transportes públicos de passageiros, constituem uma restrição real dos cidadãos no acesso à justiça, realidade que devemos evitar até à exaustão. Para tal, seria bom que a Assembleia Municipal, Câmara, Juntas de Freguesia do Concelho, Deputados eleitos pelo Distrito, Bastonária da Ordem dos Advogados, Advogados a exercer neste Concelho e as forças vivas de Murça se deslocassem a Lisboa para que, junto da Sra. Ministra da Justiça, fossem postos, diretamente, estes problemas que tanto nos afligem.

Nunca uma carta que, possivelmente, nem à mão da Sra. Ministra chegará!

Se V. Exa. assim o achar conveniente até poderemos discutir este assunto na presente sessão.”

- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira, disse que continua firme na vontade de lutar pela reabertura, mas que na sua opinião se deve esperar pela reunião que foi solicitada. Lembrou que o Orçamento de Estado foi aprovado ontem e que em abril há a possibilidade de se fazer uma visita à Assembleia da Republica. Disse que este é um problema de Murça e não de um ou outro partido, mas que devemos aguardar estes dois meses e ver se há novidades.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Carlos Ramos Silva, referiu-se ao ponto 2, alínea c) - sobre a reunião com o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, dizendo que gostaria de saber se o Sr. Presidente da Câmara o pretende questionar sobre a possibilidade de serem

aumentadas as valências para o nosso concelho e ainda serem desbloqueadas certas situações que nos possam favorecer.

- O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa, esclareceu o Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Carlos Silva, dizendo que quando escreveu Rua Nova queria referir-se a esse muro. Quanto à reunião com o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a mesma é no sentido de aumentar a oferta deste tipo de equipamentos à população.

Ausentou-se da sessão o Sr. Presidente da Junta de Jou.

- O Deputado do PSD, Carlos Oliveira, referiu-se ao ponto 17, manifestando total acordo com os Estágios PEPAL, dizendo serem uma mais-valia para o concelho, contudo, solicitou esclarecimentos quanto aos critérios de seleção, como irão ser potenciados estes recursos e ainda, quem foram os selecionados.

- O Deputado do PS, Arménio Ribeiro, elogiou a informação escrita pois parece-lhe que a mesma está a ficar mais interessante, uma vez que o Presidente de Câmara faz um melhor resumo das ações da Câmara dos últimos meses, mas alertou que esta informação ainda pode melhorar. Este momento deve ser um espaço de excelência para o Presidente de Câmara comunicar com a Assembleia e sugeriu que esta informação escrita possa ser colocada no *site* da autarquia. Ao longo dos 19 pontos da informação podemos dizer que existem ações ou informações nas áreas: económica, cultural, social, educação, desportiva, política, entre outras. Pode-se facilmente salientar qualquer um dos pontos, pois todos eles descrevem ações muito positivas da Câmara, mas realçou o programa BioVespa, que representa uma atenção que o executivo tem, não só com a atividade económica do concelho mas também ambiental. E olhar a floresta, a castanha e o ambiente é uma estratégia certíssima e questionou quais os valores financeiros envolvidos nesse programa.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais, Arlindo Paulo, disse estar agradado com a informação apresentada e, referindo-se ao ponto 2, disse ser importante que esses contactos sejam feitos, independentemente da cor política, pois irá lutar sempre para que os serviços funcionem e se mantenham no nosso concelho.

Ainda sobre a informação escrita disse o seguinte:

- Ponto 4 - lamentou não estar incluído o muro de Serapicos, lembrando que foi feita uma avaliação há mais de um ano;
- Manifestou agrado pela abertura ao público das Piscinas Municipais;
- Ponto 10 - disse estar de acordo com este projeto e espera que quando passar para o terreno, também fique agradado com o trabalho;
- Ponto 14 - mostrou-se agradado pela assinatura do Protocolo e também por saber que a Câmara Municipal está atenta a esta problemática;
- Ponto 15 - ficou muito agradado pela posição do Município de Murça;
- Ponto 16 - referiu que, para além do Convívio de Natal e o Passeio de Verão, todos os idosos deveriam ter acesso à ginástica e à natação e não apenas os idosos da sede do Município;
- Ponto 18 - lamentou o facto de os Presidentes de Junta não terem sido convidados para estarem presentes aquando da visita dos Deputados, no âmbito das Jornadas Parlamentares do PS.

- O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa, agradeceu os contributos e elogios. Sobre o tribunal disse aguardar o agendamento da reunião com a Ministra da Justiça e que no âmbito da CIMDOURO, também foram tomadas decisões no sentido de se propor fazer uma reunião com todos os municípios. Disse ter tido conhecimento pessoal da reunião com os municípios do Alto Tâmega, nomeadamente, da parte do Presidente da Câmara Municipal de Boticas, que se mostrou contente com a disponibilidade da Sra. Ministra, que reiterou o objetivo de devolver os atos judiciais aos municípios. Por isso, acredita que não é necessário tomar já outras atitudes, porque acredita na boa vontade da Sra. Ministra, mas acrescentou que o Sr. Juiz Presidente não concorda com esta predisposição da Sra. Ministra e que nem mesmo a chave do edifício lhe foi disponibilizada.

Relativamente aos estágios PEPAL, referiu que os critérios foram públicos, que foram selecionados 4 candidatos, todos do nosso concelho, nomeadamente, 1 de Ed. Social; 1 de Turismo; 1 de Comunicação; 1 de Engenharia Civil.

Programa "Prevenir Já" - disse estar contente com a parceria entre entidades.

Protocolo BioVespa - conseguiu-se juntar os esforços de um conjunto de entidades para combater esta praga e os valores envolvidos não são tão elevados como se temia, num valor aproximado de 200€ por largada.

_____//_____

f

2 - Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo do ponto 3, da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal de Murça de 19 de dezembro de 2013;

(Lei nº8/2012 de 22 de fevereiro)

Não houve intervenções.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

_____ // _____

3 - Postura de Trânsito - Proposta Final;

(Alínea g) do nº1 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro).

- O Deputado do PS, Arménio Ribeiro, alertou para a necessidade de melhorar e muito a publicitação dos períodos de discussão pública e de sensibilizar a população a participar, disse que o regulamento podia ser melhorado em vários aspetos e que não concordava com a possibilidade de atribuir lugares de estacionamento não sujeitos ao pagamento de taxa, tal situação apenas se justifica para veículos de emergência. Finalizou dizendo que se devia olhar para o trânsito em Murça numa perspetiva de mobilidade sustentável. Não obstante as observações que espera serem de alerta, vai votar favoravelmente o regulamento.

- O Deputado do PSD, Renato Benídeo, disse continuar a faltar o parecer da Comissão Municipal de Trânsito, que não reúne há mais de um ano.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais, Arlindo Paulo, espera que estes trabalhos não se limitem à sede de concelho.

- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira, lembrou que há poucos anos se gastaram alguns milhares de euros na colocação de sinalética nas freguesias.

- O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa, referiu que não havia postura e que este é um documento que retrata a situação atual, depois de aprovada, será aplicada e a comissão fará as reuniões necessárias para a melhorar.

Votação:

<i>Votantes</i>	20
<i>Abstenção</i>	00
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	20

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

Não esteve presente na votação o Presidente da Junta de Freguesia de Candedo, por se ter ausentado momentaneamente da sessão.

_____ // _____

4 - Relatório Final de Avaliação do índice de Transparência Municipal do Município de Murça /2015;

(Alínea g) do nº2 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro).

Ausentou-se da sessão o deputado do PS, José Eduardo Borges.

J

- O Deputado do PS, Arménio Ribeiro, felicitou a Câmara Municipal pelo resultado do índice de transparência municipal que é muito bom, melhor município da CIM Douro e dos melhores do País, disse, ainda, não valorizar excessivamente este tipo de rankings. Mas estranha que a Bancada do PSD, depois de ter feito tanto alarido sobre os resultados do ano passado, este ano, esteja completamente muda. Disse que não se deve apenas criticar quando os resultados são menos bons, deve-se ser coerente, coisa que não verifica.

- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira, deixou uma nota pessoal e institucional valorizando esta evolução, bem como a divulgação que foi dada a este assunto. Disse que a Assembleia Municipal também contribuiu para estes resultados, uma vez que tem melhorado na entrega das atas e demais informações para publicação. Recordou o fulgor de há um ano atrás por estarmos “na cauda da tabela”, hoje não se puseram “de pé” por estarmos no topo da tabela. Por isso, sente-se pesaroso, fá-lo lembrar a questão do tribunal, antes o PSD não se mostrava tão interventivo.

- O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa, destacou todo o trabalho desenvolvido pelos diversos serviços, deixando um elogio aos funcionários que são os responsáveis por este trabalho e esta classificação.

Regressou à sessão o Presidente da Junta de Freguesia de Candedo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

_____ // _____

5 - Relatório Semestral de acompanhamento do plano de saneamento financeiro referente ao 2º semestre de 2015.

(nº6 do art.º 59 da Lei nº73/2013 de 03 de setembro)

Não houve intervenções.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Ausentou-se da sessão o deputado do PSD, Daniel Faceira.

_____//_____

Período de Intervenção do Público

- Sr. Alfredo, residente em Murça - cumprimentou os presentes e disse ter registado nesta assembleia uma determinada resistência à adjudicação da obra à empresa Sonorgás.

Aludiu ao fato de essa empresa dar emprego a 14 pessoas do nosso concelho; disse que não há perigo em termos de segurança para a população e até aconselhou que se coloquem estas unidades nas freguesias. Mais disse que esta instalação só peca por tardia.

Destacou com agrado os trabalhos em curso, com vista ao alargamento da Zona Industrial, equipamento fundamental para o desenvolvimento do concelho.

Sobre a postura de trânsito, apelou à necessidade de se proibirem os estacionamento na rua da Independência, mais conhecida por “rua de trás”.

APROVAÇÃO EM MINUTA

(Art. 44º do Regimento)

3 - Postura de Trânsito - Proposta Final;

(Alínea g) do nº1 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

4 - Relatório Final de Avaliação do índice de Transparência Municipal do Município de Murça /2015;

(Alínea g) do nº2 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

5 - Relatório Semestral de acompanhamento do plano de saneamento financeiro referente ao 2º semestre de 2015.

(nº6 do art.º 59 da Lei nº73/2013 de 03 de setembro)

Votação:

Votantes	19
Contra	00
Abstenções	00
A Favor	19

Deliberação: aprovada por maioria.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

(Alínea c) do n.º2 do art.º 9º do Regimento)

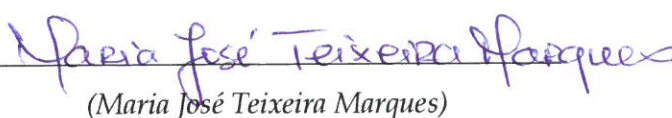
- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira, encerrou os trabalhos e formulou votos de boa Páscoa, atento ao fato da próxima sessão vir a ocorrer em data posterior.

Os trabalhos encerraram às 18:15 horas, da qual se lavrou a presente Ata que, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e pelo 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal


(João Luís Teixeira Fernandes)


O 1º Secretário da Assembleia Municipal


(Maria José Teixeira Marques)

SESSÃO (1)	ORDINÁRIA DO DIA 25 FEVEREIRO DE 2016	Nomes dos membros que constituem a Assembleia	Hora de entrada
Designação das funções (b)			
Presidente		João Luís Teixeira Fernandes	
1.º Vice		Edmundo Jorge de F. Pereira	
2.º Vice		Fernando José de F. Sousa	
Deputado (s)		João Paulo Jorge Eduardo Brandão	
"		Fernando Augusto Dias Pinto	
"		António Estêvão de F. Gomes	
"		Carlos Alberto de Oliveira	
"		Almeida D. Carvalho Ribeiro	
"		Luís David Rodrigues Fernandes	
"		Fernando José Teixeira Marques	
"		David Rodrigues Fernandes	
"		José Eduardo Rodrigues Borges	
"		Dr. Manuel Gonçalves Pereira	
"		Francisco Gomes Pinto	
"		Manuel Jorge Teixeira	
Relator e controlador		João António Paço de Sousa	
P.F. Candidato		Luís Filipe Ribeiro Alves	
"		João Manuel Henriques Fernandes	
"		Carlos Remus de Silva	
"		Paulo Luís Marques	
P.F. Proprietário		Luís Alfredo Soares Henriques	
P.F. Proprietário		Manuel Paulo Santos Alves	
Dep. Sub. (s)		Luís António Remus Alves	
Dep. F. (s)		Luís António Soares Henriques	
Dep. Sub. (s)		Fernando José de F. Gomes	

(a) - Ordinária ou extraordinária. (b) - Presidente, Secretários e Vices, mencionando-se por esta ordem, devendo mencionar-se, em letra bexiga, antes de cada nome, o seu cargo, cabendo ao próprio preencher a assinatura. (c) - Ou nota de falta. (d) - Anotar a justificação e data de falta e da sessão que a corrigiu.

19-2-2016

PONTO DAS PRESENCAS DA REUNIAO (OU TRABALHOS) DO DIA 25/2/19	Assinaturas dos que compareceram (c)	Justificação da falta de comparecência (d)
	<p>  João Luís Teixeira Fernandes Manuel Augusto Dias Pinto António Estêvão de F. Gomes Carlos Alberto de Oliveira Almeida D. Carvalho Ribeiro Luís David Rodrigues Fernandes Fernando José Teixeira Marques David Rodrigues Fernandes José Eduardo Rodrigues Borges Dr. Manuel Gonçalves Pereira Francisco Gomes Pinto Manuel Jorge Teixeira João António Paço de Sousa Luís Filipe Ribeiro Alves João Manuel Henriques Fernandes Carlos Remus de Silva Paulo Luís Marques Luís Alfredo Soares Henriques Manuel Paulo Santos Alves Luís António Remus Alves Luís António Soares Henriques Fernando José de F. Gomes </p>	<p>(Justificadas)</p> <p>(Justificadas)</p> <p>(Justificadas)</p>

Mod. 154-B - Gráfica Ideal-Aguada - 7.77
A 4 - 210 x 297 mm